SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – O PROCESSO TRIBUTÁRIO 15

1.1. Introdução 15
1.2. O direito processual tributário 17
1.3. A lide tributária 20
1.4. A relação jurídica processual 22
1.5. A jurisdição 25
1.6. O direito de ação 28
1.6.1. Natureza jurídica 28
1.6.2. Condições da ação 30
1.6.3. Legitimidade das partes e responsabilidade tributária 33
1.7. O processo 37
1.8. Princípios de direito processual 40
1.8.1. Princípios constitucionais 40
1.19. Princípios infraconstitucionais 49

CAPÍTULO 2 – PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO 53

2.1. Introdução 53
2.2. Processo administrativo 53
2.3. Lançamento, procedimento e processo administrativo tributário 55
2.4. Conceito e legislação aplicável 57
2.5. Crítica da noção de "processo" 59
2.6. Princípios 62
2.6.1. Princípios constitucionais 63
2.6.2. Princípios infraconstitucionais 67
2.7. Procedimento 70
2.7.1. Procedimento preparatório do lançamento 72

2.7.2. Princípios ... 73
2.7.3. Início do procedimento ... 75
2.7.4. Formalização da dívida ... 77
2.7.5. Fase litigiosa ... 78
2.7.5.1. Impugnação ... 79
2.7.5.2. Revelia e cobrança amigável ... 83
2.7.5.3. Julgamentos e recursos ... 85
2.7.6. Proibição do controle de constitucionalidade ... 88
2.7.7. Eficácia e execução das decisões: início do prazo prescricional ... 89
2.7.8. Coisa julgada administrativa ... 92
2.7.9. Prazo para o término do processo administrativo ... 93
2.7.10. Permanência dos autos na repartição administrativa ... 96
2.7.11. Efeitos da decisão ... 97
2.8. Consulta ... 98
2.8.1. Conceito ... 99
2.8.2. Procedimento ... 100
2.8.3. Recurso e solução de divergência ... 103
2.8.4. Efeitos da consulta ... 106
2.8.5. Modificação do entendimento adotado na consulta ... 107
2.8.6. Consulta relativa à classificação de mercadorias ... 108

CAPÍTULO 3 – PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO ... 115

3.1. Introdução ... 115
3.2. Ações manejáveis ... 116
3.3. Justiça competente ... 121
3.3.1. Justiça Federal ... 123
3.3.2. Justiça Estadual e Distrital ... 125
3.3.2.1. Foro e juízo competente ... 127
3.3.3. Juizados Especiais ... 131
3.4. A importância do lançamento ... 132
3.4.1. Atributos do lançamento ... 133
3.4.2. Lançamento e interesse processual ... 135
3.4.3. Interesse processual do Fisco ... 137
3.4.4. Interesse processual do sujeito passivo tributário ... 138

CAPÍTULO 4 – EXECUÇÃO FISCAL 141
4.1. Introdução 141
4.2. Dívida ativa da fazenda pública 143
4.2.1. Natureza jurídica, inscrição do crédito e suspensão do prazo prescricional 144
4.2.2. Termo de inscrição em dívida ativa (TIDA) 148
4.2.3. Certidão de Dívida Ativa (CDA) 150
4.3. Aplicação do Tema 1.184 e da resolução 547/2024 do CNJ 154
4.4. Sujeição ativa e passiva 157
4.4.1. Responsabilidade pessoal do administrador e a (in)dispensabilidade do incidente de desconsideração da personalidade jurídica 162
4.5. Início da execução 169
4.5.1. Competência 171
4.5.2. Petição inicial e despacho de deferimento 176
4.6. Citação do executado e garantia da execução 180
4.7. Penhora 185
4.7.1. Conceito e ordem da penhora 185
4.8. Indisponibilidade de bens 190
4.9. Fraude à execução fiscal 193
4.9.1. Intimação e entrega do termo ou auto de penhora 196
4.10. Expropriação dos bens: leilão, arrematação e adjudicação 198
4.11. Sentença de primeira instância e recursos 201
4.12. Discussão judicial da dívida ativa 205
4.12.1. Acesso ao Judiciário e depósito prévio 205
4.12.2. Ação judicial e renúncia/desistência do recurso administrativo 207
4.12.3. Prescrição intercorrente 208

CAPÍTULO 5 – MEDIDA CAUTELAR FISCAL 233
5.1. Introdução 233
5.2. Cabimento 234
5.3. Comportamento do sujeito passivo tributário 236
5.4. Indisponibilidade dos bens do requerido 240
5.5. Procedimento e substituição da cautelar por garantia 243
5.6. Medida cautelar concedida em procedimento preparatório 246

5.7. Medida cautelar e suspensão da exigibilidade do crédito tributário 247
5.8. Perda de eficácia da medida cautelar 249
5.9. Indeferimento da cautelar e execução fiscal 251
5.10. Efeitos da sentença e recursos cabíveis 252

CAPÍTULO 6 – MANDADO DE SEGURANÇA 257
6.1. Aspectos gerais e conceito 257
6.2. Natureza da tutela mandamental 258
6.3. Cabimento em matéria tributária 264
6.4. Ilegalidade ou abuso de poder 267
6.5. Espécies 269
6.5.1. Mandado de segurança repressivo e preventivo 269
6.5.2. Mandado de segurança preventivo e "lei em tese" 271
6.6. Direito líquido e certo 273
6.6.1. Conceito 274
6.6.2. Ausência de direito líquido e certo: extinção do processo sem a análise de mérito 276
6.7. Autoridade coatora 278
6.7.1. Conceito 278
6.7.2. Autoridade coatora no âmbito do direito tributário 282
6.7.3. Especificação das autoridades coatoras no âmbito tributário 285
6.7.4. Erro na indicação da autoridade coatora 287
6.8. Competência 291
6.9. Partes no mandado de segurança 294
6.9.1. Sujeição ativa 294
6.9.2. Sujeição passiva 298
6.10. Liminar 301
6.10.1. Pressupostos 302
6.10.2. Contracautela e perigo na demora inverso 302
6.10.3. Efeitos 304
6.10.4. Recurso: agravo de instrumento 306
6.10.5. Vedação à concessão de liminares 307
6.10.6. Liminar, depósito e lançamento para evitar a decadência 309
6.11. Procedimento 311
6.12. Mandado de segurança e compensação tributária 317

6.13. Recursos 322
6.13.1. Reexame necessário 322
6.13.2. Apelação 323
6.13.3. Recurso ordinário, especial e extraordinário 325
6.14. Suspensão dos efeitos 328
6.15. Coisa julgada e relação tributária continuativa 331
6.16. Mandado de segurança coletivo 333
6.16.1. Legitimidade ativa 334
6.16.2. Natureza dos direitos protegidos 335
6.16.3. Coisa julgada 337
6.16.4. Cabimento em âmbito tributário 338
6.17. Não cabimento de mandado de segurança 339
6.18. Prazo para a impetração e utilização de outra ação 341
6.19. Honorários advocatícios e litigância de má-fé 343

CAPÍTULO 7 – AÇÃO DECLARATÓRIA 357
7.1. Contextualização 357
7.2. Conceito e natureza jurídica 359
7.3. Cabimento em âmbito tributário 363
7.4. Ação declaratória e lançamento tributário 365
7.4.1. Depósito 366
7.4.2. Tutela provisória 368
7.5. Questão prejudicial (declaração incidental) 372
7.6. Efeitos da decisão, coisa julgada e prazo de prescrição 375

CAPÍTULO 8 – AÇÃO ANULATÓRIA 383
8.1. Contextualização e conceito 383
8.2. Cabimento em matéria tributária 385
8.3. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário 387
8.3.1. Depósito do montante integral 387
8.3.2. Tutela provisória 389
8.3.3. Suspensão da exigibilidade e execução fiscal 390
8.4. Natureza jurídica 391
8.4.1. A tutela anulatória (constitutiva negativa ou desconstitutiva) 391

8.4.2. Conteúdo declaratório da tutela anulatória 392
8.4.3. Ação anulatória, execução fiscal e embargos à execução 394
8.4.3.1. Ação anulatória e execução fiscal 395
8.4.3.2. Ação anulatória e embargos à execução 398
8.5. Procedimento, efeitos da decisão, coisa julgada e prazo prescricional 399

CAPÍTULO 9 – EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE 413
9.1. Contextualização 413
9.2. Conceito 414
9.3. Previsão legal 416
9.4. Requisitos 419
9.5. Cabimento em matéria tributária 421
9.6. Procedimento, prazos e recursos 424

CAPÍTULO 10 – EMBARGOS À EXECUÇÃO 433
10.1. Conceito e natureza jurídica 433
10.2. Cabimento em âmbito tributário 435
10.3. Vedações 439
10.4. Garantia da execução 442
10.4.1. Obrigatoriedade da garantia 442
10.4.2. Insuficiência da garantia e reforço da penhora 445
10.5. Suspensão da execução 447
10.5.1. Colocação do problema 447
10.5.2. Requisitos para a atribuição de efeito suspensivo aos embargos 451
10.5.3. Abrangência, extensão e modificação da decisão que suspende a execução 454
10.6. Procedimento 456
10.7. Sentença e recursos 460
10.8. Honorários advocatícios e o encargo do Decreto-lei nº 1.025/69 462

CAPÍTULO 11 – EMBARGOS DE TERCEIROS 477
11.1. Conceito e natureza jurídica 477
11.2. Cabimento em matéria tributária 480
11.3. Procedimento 481

CAPÍTULO 12 – AÇÃO DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO TRIBUTÁRIO 491
12.1. Pagamento indevido e repetição do indébito 491
12.2. Conceito e natureza jurídica 494
12.3. Cabimento em matéria tributária 495
12.4. Legitimidade 497
12.4.1. Legitimidade ativa 497
12.4.1.1. Legitimidade ativa nos tributos diretos 498
12.4.1.2. Legitimidade ativa nos tributos indiretos 499
12.4.2. Legitimidade passiva 502
12.5. Interesse processual 503
12.6. Pedido alternativo: restituição ou compensação 504
12.7. Antecipação dos efeitos da tutela (tutela provisória) 505
12.8. Sentença e recursos 507
12.9. Correção monetária e juros 509
12.10. Execução da sentença e sistema de precatórios 514
12.11. Prazo para ingressar com a ação 519

CAPÍTULO 13 – AÇÃO MONITÓRIA 531
13.1. Introdução 531
13.2. Procedimento 533
13.3. Peculiaridades da ação proposta contra a fazenda pública 536

CAPÍTULO 14 – AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO 543
14.1. Conceito 543
14.2. Cabimento 544
14.3. Legitimidade ativa, passiva e competência jurisdicional 546
14.4. Procedimento 548
14.4.1. Depósito extrajudicial, judicial e distribuição da petição inicial 549
14.4.2. Contestação e procedimentos 552
14.5. Sentença, Recurso Cabível e Extinção do Crédito Tributário 554

CAPÍTULO 15 – AÇÃO RESCISÓRIA 565
15.1. Conceito e hipóteses de utilização 565
15.2. Cabimento em âmbito tributário 569

15.3. Procedimento 571
15.4. Ação rescisória e coisa julgada inconstitucional 575
15.4.1. O problema 575
15.4.2. Jurisprudência do STF 576
15.4.3. Modulação dos efeitos 579

CAPÍTULO 16 – ASPECTOS PROCESSUAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA 585
16.1. Introdução 585
16.2. Competência originária do superior tribunal de justiça 587
16.3. Comitê gestor do imposto sobre bens e serviços e função regulamentar 589
16.4. Representação administrativa e judicial dos entes federativos 590
16.5. Compartilhamento de informações fiscais entre os entes federativos 591
16.6. Integração do contencioso administrativo do IBS e da CBS 593

BIBLIOGRAFIA 595